

O Declínio da Fecundidade no Território Goiano

Resumo: A fecundidade é uma variável dinâmica demográfica que interfere de forma direta no processo de crescimento populacional. Neste sentido, este artigo tem por objetivo apresentar algumas definições a respeito da fecundidade e representar através de mapas e tabelas o processo de declínio da fecundidade no território goiano, levantando alguns questionamentos a respeito da diminuição de filhos por mulheres em idade reprodutiva. O artigo traz duas idéias centrais nas discussões sobre os determinantes e as conseqüências do declínio da fecundidade. A primeira é a de que o advento da sociedade moderna, presidido pela industrialização e urbanização, traz consigo a redução dos níveis de fecundidade. E a segunda é a de que a redução do número de filhos torna possível a efetivação de melhores condições de vida, sendo esta a motivação responsável pela difusão do desejo de uma família pequena.

Palavras-chave: Goiás, População, Declínio da fecundidade.

1 – Introdução

O crescimento populacional do território goiano a partir de 1970, período de intensas transformações territoriais, acompanhado pela consolidação da modernização da agricultura, seguida pelo modelo de desenvolvimento implantado no território com acentuação do processo de urbanização e industrialização, produziu meios que afetaram de forma direta a estrutura demográfica, principalmente na forma de reproduzir da população.

Já na década de setenta do século passado as estatísticas mostram seis filhos para cada mulher em idade reprodutiva, e na década de noventa esse número diminui praticamente para dois filhos por mulher em idade reprodu-

* Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia na UFG, no Instituto de Estudos Sócio-Ambientais - UFG/IESA. E-mail: monicgeo@yahoo.com.br

** Professor do curso de Geografia na UFG, no Instituto de Estudos Sócio-Ambientais - UFG/IESA. E-mail: calaca@iesa.ufg.br

*** Professor do curso de Geografia na UFG, no Instituto de Estudos Sócio-Ambientais - UFG/IESA. E-mail: eguimar@hotmail.com

Mônica Cristina da Silva*

Manoel Calaça**

Eguimar Felício Chaveiro***

tiva. Neste sentido, o artigo tem por objetivo apresentar algumas definições a respeito da fecundidade e representar o processo de declínio da fecundidade no território goiano.

A modernização do território goiano passa a ser uma força motriz que se move através de dinâmicas populacionais que representam o resultado de uma forte desigualdade regional interna e também da desigualdade social.

O declínio da fecundidade em Goiás irá refletir um processo de mudança demográfica global, que vai muito além do entendimento explicado por um único fenômeno biológico. As mudanças nos tabus que regulam a sexualidade e a procriação, a educação sexual dos adolescentes, assim como os fatores socioeconômicos são fatores que também afetam a fecundidade.

O estudo do declínio da fecundidade no território goiano contribui para a interpretação do espaço goiano à medida que o indivíduo humano socialmente constituído é um elemento do espaço (SANTOS, 1985); a descoberta de que a mudança do espaço além de resvalar na mudança estrutural da demografia, ressoa na qualidade e na substância subjetiva da sua vida, em que se envolvem cisões espaciais entre filhos e família, medos, estranhamento, conflito de gerações, solidão, perda de memórias, organização de territorialidades, anomia, tribalização, desreferencialização identitárias etc; e, por fim, a edificação do sentido pragmático dos estudos, especialmente no planejamento territorial.

2 – A Fecundidade no Território Goiano

Para Carvalho (1998), fecundidade refere-se à relação entre nascimentos vivos e mulheres em idade reprodutiva, ou conforme Berquó (1991), a expressão fecundidade é usada para indicar o desempenho reprodutivo efetivo de uma mulher ou de um grupo de mulheres que já completaram o período reprodutivo¹. Assim, quanto maior for o controle exercido pelas mulheres sobre o tamanho da sua prole maior será



a distância entre a fertilidade e a fecundidade. Pois nem toda mulher fértil é fecunda.

A fertilidade diz respeito ao potencial reprodutivo das mulheres. Refere-se à capacidade fisiológica que tem a mulher de conceber uma criança. Para que nasça uma criança viva há inúmeros fatores que influenciam sejam eles de natureza biológica, econômica, social ou cultural. A fertilidade, sem contar com o uso de métodos anticoncepcionais que passa ser uma opção da mulher, conta também, com o avanço da medicina, com os problemas de saúde, a desnutrição e outras doenças, como o excesso de trabalhos da sociedade contemporânea, que afetam a probabilidade de um nascimento vivo, influenciando assim, de forma direta no tamanho da população.

Nesta perspectiva, a fecundidade passa a ser um fenômeno social e histórico. Os processos econômicos, políticos e culturais são responsáveis pela dialética da permanência ou transformação das sociedades, que pressupõe a substituição física de seus membros através do tempo. Assim, a capacidade procriativa da mulher constitui um elemento essencial à história da humanidade, e deve ser considerado um fenômeno dependente das mudanças sociais.

O declínio da fecundidade reflete mudanças no contexto demográfico de forma global, e que segundo Caetano (2004), mudanças que implicam em uma taxa de fecundidade total que já está abaixo do nível de reposição². Nas décadas de 1960 e 1970 surge uma nova perspectiva centrada não mais na limitação do número de filhos por mulher, através da disseminação do uso de métodos contraceptivos, mas sim, como uma abordagem que incorpora saúde e direitos reprodutivos sexuais de forma integrada, co-responsabilidade e igualdade de direitos entre mulheres e homens. Como

direito dos cidadãos e dever do estado em fornecer as informações necessárias e os meios para uma vida reprodutiva e sexual segura e satisfatória. Para Caetano (2004, p.12):

O direito de escolha sobre quantos filhos ter e quando tê-los, assim como o direito de acesso aos meios para a implementação desta escolha, passa a ser, desta forma, um, entre vários, dos componentes necessários para uma vida reprodutiva saudável e segura.

Essa nova abordagem desloca as variáveis até então exclusivamente demográficas para uma esfera dos direitos humanos, integrando saúde e direitos reprodutivos com valores em si, como variáveis estratégicas do desenvolvimento da cidadania e direitos humanos. E somente após 1980, as questões dos direitos reprodutivos enfocam as discussões sobre assistência à saúde, sexualidade, contracepção, esterilização, concepção e aborto, e pela primeira vez o “corpo” é colocado como tema de políticas.

Essas inovações refletem as mudanças nas normas ou nos tabus que regulam a sexualidade e a constituição da família desde as sociedades mais antigas até as sociedades contemporâneas. Assim, as categorias socioeconômicas, tais como local de residência ou de origem rural ou urbana, ocupação, nível de renda, nível educacional, religião, cor, tipo de união conjugal, valor do aluguel da moradia, expectativa quanto ao futuro dos filhos, tipo e grau de informações sobre meios anticoncepcionais, e suas formas de uso, preferências sobre o tamanho da família, concepções sobre o número de filhos, autonomia da mulher e também o planejamento familiar efetivo, ou seja, a adoção de práticas de controle ou contracepção (seja aborto, retardamento da idade nupcial, a esterilização, como também os meios contraceptivos arcaicos e modernos, caseiros e científicos), consagram-se como fatores que afetam a fecundidade, e evidenciam que a fecundidade vai muito além do entendimento explicado por um único fenômeno biológico.

As diferenças históricas da sociedade ex-

¹ Por período reprodutivo entende-se aquele que vai desde a idade da menarca até a idade da menopausa. Conforme (BERQUÓ, 1991:71), muito embora estas idades, tanto a do início como a do final do período, variem de mulher para mulher, convencionou-se considerar como período reprodutivo aquele compreendido entre 15 e 49 anos completos. E para que uma mulher seja considerada fecunda, ela própria precisa ter dado origem a um nascido vivo.

² Reposição: 2,1 filhos por mulher necessária para que cada geração se reponha em sua totalidade. (CAETANO, 2004, p.12)



plicam as razões que conduzem as pessoas a controlarem deliberadamente sua reprodução, mas as tentativas de explicação ainda exigem alguns questionamentos, no sentido de saber por que na sociedade contemporânea as famílias tendem a reduzir seu tamanho, e por que esta tendência se manifesta diferentemente em distintas regiões e grupos sociais.

O declínio e as diferenças socioeconômicas da fecundidade passam a ser vistos como resultados de mudanças ideológicas que atingem a motivação relativa à reprodução: novos valores sociais impulsionam novas atitudes para com o bem-estar pessoal ou dos filhos, incompatíveis com a prole numerosa. Para (OLIVEIRA; SZMRECSANYI, 1991, p.1995):

A base dessa interpretação é a idéia de que nas sociedades que se modernizam as condições de vida das pessoas dependem mais da capacitação e esforço individuais do que de privilégios herdados do passado. Em conseqüência, a possibilidade de alterar a posição que ocupam na sociedade estaria de alguma forma em oposição à manutenção dos filhos.

A partir daí surgem duas idéias centrais nas discussões sobre os determinantes e as conseqüências do declínio da fecundidade. A primeira é a de que o advento da sociedade moderna, presidido pela industrialização e urbanização, traz consigo a redução dos níveis de fecundidade. A segunda é a de que a redução do número de filhos torna possível a efetivação de melhores condições de vida, sendo esta a motivação responsável pela difusão do desejo de uma família pequena.

A família adquire uma forte importância teórica para entender o declínio da fecundidade, ela passa a ser vista como o elo entre o indivíduo e a sociedade, concebida como grupo de tomada de decisões, manipulável em suas orientações pela ação externa.

As análises quantitativas abaixo nos dão uma dimensão das mudanças na fecundidade no estado de Goiás. Em 2000 a taxa de fecundidade total do país atingiu 2,4 filhos

por mulher, aproximando-se mais do nível de reposição. Esta é uma realidade que representa várias áreas do país, como é o caso de diversos municípios goianos. A taxa de fecundidade total de Goiás, em 2000, chega a 2,2 filhos por mulher. Esse fenômeno, juntamente com outros tipos de indicadores de crescimento populacional ou declínio, é um dos indicadores capazes de produzir algumas estimativas que permitam explicar a migração em Goiás.

Nos dados do Censo Demográfico há um acentuado declínio no número de filhos por mulher nos anos de 1970 a 2000, (Tabela 1).

Tabela 1

Taxa de fecundidade total, Goiás – 1970 a 2000

Ano	Taxa de Fecundidade Total (filhos por mulher)
1970	6,00
1991	2,47
1998	2,08
2000	2,2

Fonte: GeoGoiás 2002, IBGE-Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Conforme a tabela 1, até 1970, as mulheres residentes em Goiás registravam taxa de fecundidade de seis filhos, fenômeno que declinou rapidamente para 2,47 em 1991, e 2,2 em 2000, com tendência a atingir 1,84 em 2010, conforme as projeções do GeoGoiás 2002. De 1970 para 2000 o número de filhos por mulher diminuiu 63,3%. Com essa tendência declinante pode-se concluir que, em longo prazo, o crescimento da população nascida em Goiás tenderá a diminuir. O número de habitantes do Estado passará, então, a ser ainda mais influenciado pela migração.

O rápido declínio da fecundidade em Goiás de acordo com Almeida (2002), decorreu da combinação de dois fatores principais: o primeiro se deu à mudança de atitude da população em relação à sexualidade e à procriação; o segundo, ao fácil acesso aos meios anticoncepcionais. Dentre outros fatores pode-se considerar o papel da mídia, a ação governamental, a atuação de instituições estrangeiras, a esterilização feminina e o planejamento familiar.

Para Almeida (2002) as transformações estruturais que culminaram no estabelecimento de um novo padrão demográfico, caracterizado por baixas taxas de mortalidade e de natalida-



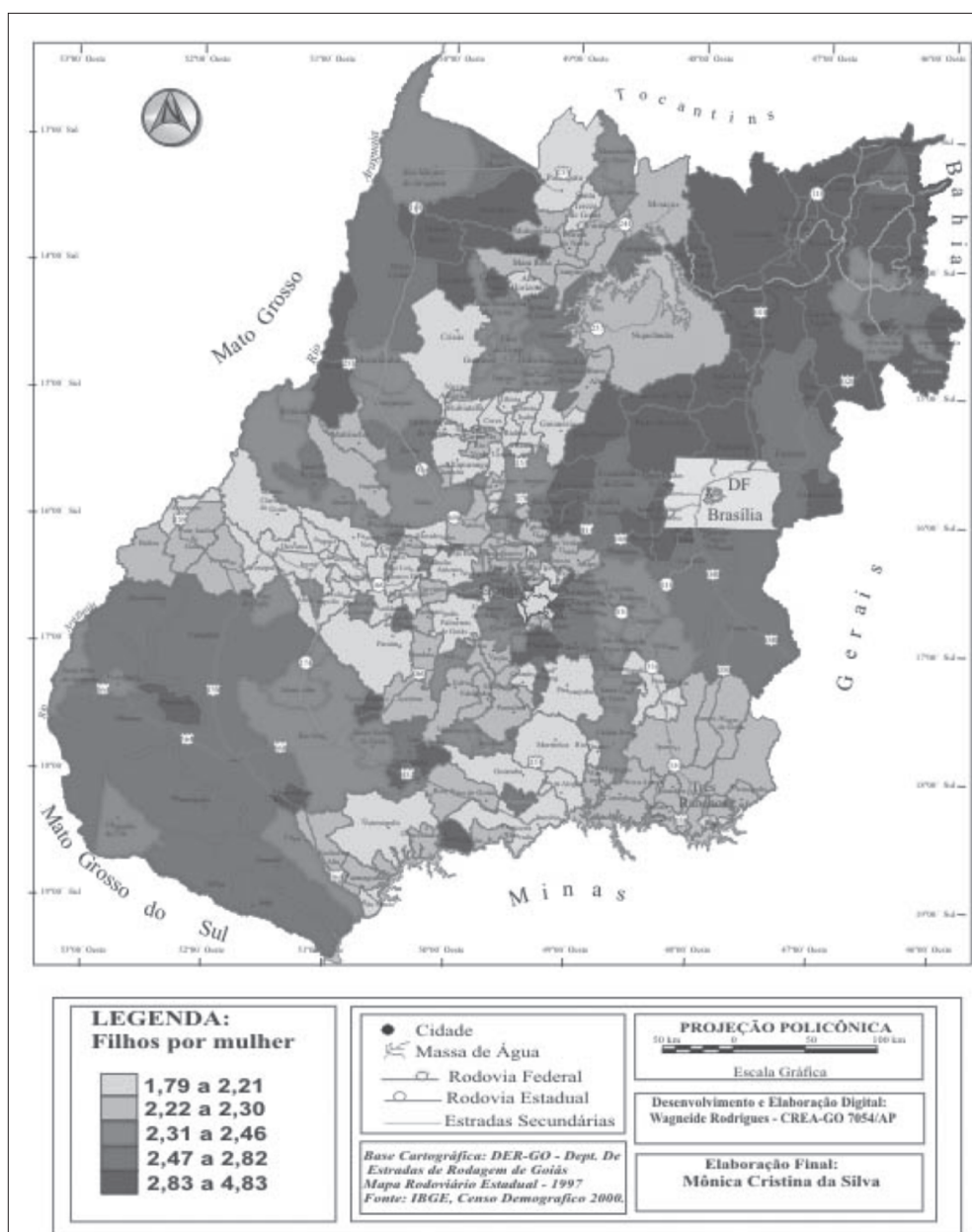
de, teriam suas origens relacionadas à industrialização, à urbanização e à modernização. O declínio da fecundidade está relacionado, além dos fatores citados acima, à influência de raízes ideológicas ou filosóficas dessa nova mentalidade, controlista e planejadora, que contribuiu para uma adesão maciça aos métodos anticoncepcionais que resultou no declínio generalizado da fecundidade.

Um outro fator que regula a fecundidade é a ausência de políticas governamentais (políticas demográficas), que de uma forma direta ou indiretamente sempre afetaram a população, no caso de políticas nas áreas financeiras, econômicas, de saúde, e de educação.

A queda da fecundidade é explicada, segundo Berquó (1994), pelo uso extensivo e intensivo de meios reguladores de alta eficácia, pelos avanços tecnológicos mais importantes e mais diretamente envolvidos que foram os ocorridos nos produtos e técnicas de anticoncepcionais, como a pílula e a camisinha. O acesso fácil e o uso descomplicado de alguns deles provocaram uma verdadeira revolução das práticas sexuais, permitindo a separação entre o sexo e a procriação.

O declínio da fecundidade em Goiás não demonstra apenas mudanças decorrentes das dificuldades econômicas e sociais, mas também traz como consequência o envelhecimento relativo

Mapa 1
Taxa de Fecundidade no Estado de Goiás – 2000



da população. Segundo os dados do IBGE, Censo Demográfico 2000, o declínio da fecundidade, nas últimas décadas, vem acontecendo de forma generalizada no país, mas se diferencia segundo as regiões e camadas sociais.

O mapa que segue abaixo sobre a taxa de fecundidade do estado de Goiás foi executado com os dados fornecidos pelo IBGE, nos Censos Demográficos juntamente com os dados do Atlas de Desenvolvimento Humano 2000, comparando as informações referentes a cada município, a fim de se obter uma melhor precisão.

Os municípios que apresentaram maiores taxas de fecundidade encontram-se na faixa de 2,83 a 4,83 filhos por mulher. Eles são 43 municípios localizados na sua maioria no Norte e Noroeste Goianos, sendo apenas 11 municípios dispersos nas outras regiões do estado. O Nordeste goiano é a região mais “pobre” economicamente do estado, porém, com a maior taxa de fecundidade. Esta região é pouco integrada à dinâmica econômica no centro-sul de Goiás; as atividades predominantes encontram-se na pecuária extensiva, com grande concentração de terras, e com uma produção agrícola voltada para a agricultura tradicional como arroz, feijão e mandioca.

As altas taxas de fecundidade observadas no mapa 1 são vistas como típicas de sociedades agrárias tradicionais, onde a prole numerosa seria ao mesmo tempo uma defesa contra a alta mortalidade e uma garantia de mão-de-obra para uma agricultura intensiva de trabalho e extensiva de capital, e de baixo nível técnico. Deve-se também considerar que a assistência à saúde nessas regiões é precária.

Em contrapartida, os municípios que apresentam menores taxas de fecundidade estão entre as faixas de 1,79 a 2,3 filhos por mulher, correspondendo a 105 municípios, localizados em sua maioria no Centro Goiano. Essa região constitui a área de maior concentração econômica e populacional do estado, segundo o IBGE, Censo Demográfico, 2000, cerca da metade da população do Estado.

Essa área possui também uma densa malha viária, redes de comunicação e sistema de telecomunicações, constituindo uma complexa rede de infra-estrutura que atrai empresas e indústrias e conseqüentemente, um grande fluxo populacional direcionado para novas oportunidades de emprego e melhores condições de vida.

Embora a industrialização e a urbanização sejam fenômenos mundiais, onde se criam mudanças no modo de produzir, no modo de consumir, pensar, sentir, no padrão demográfico e também no modo de vida das pessoas, é fundamental considerar o papel das políticas oficiais explícitas ou não declaradas e seus efeitos na redução da fecundidade, aliadas à ação dos meios de comunicação, da urbanização, do novo papel que a mulher vem assumindo na organização e na execução da produção e os serviços.

O planejamento familiar e o controle da natalidade são elementos bem diferentes, e cabe à mulher ser o sujeito e não apenas um objeto desse planejamento.

Frente aos problemas que se originam na escassez de recursos, na limitação da cobertura de saúde, na irregularidade da qualidade e desigualdade no acesso a serviços de saúde reprodutiva, no desconhecimento e descumprimento das leis e nas dificuldades de integração gerencial entre as diversas esferas da administração pública no âmbito da descentralização do sistema de saúde, são elementos que contribuem para uma acentuada queda na fecundidade, não somente do estado de Goiás, mas também do país. Esses desafios contribuem para um novo contexto da fecundidade. Ela apresenta novas características que dependem das diferentes regiões e dos diferentes estratos socioeconômicos. Ao mesmo tempo em que temos baixas taxas de fecundidade total, ainda existem regiões, como o Norte e Nordeste Goianos, com taxas de fecundidade elevadas.

A nova realidade da fecundidade está relacionada ao rejuvenescimento da estrutura etária da fecundidade no Brasil e no avanço das ações no campo da saúde da mulher. Segundo Berquó e

“O planejamento familiar e o controle da natalidade são elementos bem diferentes, e cabe à mulher ser o sujeito e não apenas um objeto desse planejamento”



Cavenaghi (2004), a década de 1990 foi marcada por uma intensificação do rejuvenescimento da fecundidade no país:

Em 1980 cabia às mulheres entre 25 e 29 anos de idade o maior número médio de filhos, entre aquelas na faixa de idade reprodutiva entre 15 e 49 anos de idade. O deslocamento desta concentração para o grupo de 20 a 24 anos deu-se, inicialmente, em 1991, e manteve-se em 2000, concomitantemente ao aumento da fecundidade no grupo etário de 15 a 19 anos de idade. Representando um aumento de 25% da fecundidade entre jovens e adolescentes, com diferenças substanciais segundo as camadas socioeconômicas. (BERQUÓ E CAVENAGHI, 2004).

Para a autora, essa mudança nas faixas etárias da fecundidade reflete os diferenciais dos estratos de educação e renda de região para região. No estado de Goiás, as regiões que apresentam, conforme o mapa anterior, as maiores taxas de fecundidade são as regiões que chegam a um

nível de renda de ½ salário mínimo por chefe de família e com baixas taxas de alfabetização.

Em 1991, o percentual de adolescentes do sexo feminino entre 15 e 17 anos com filhos no Brasil era de 5,8 %, em 2000 chega a 8,45%. No estado de Goiás, em 1991, o município que apresentou o menor valor de adolescentes com filhos foi Cocalzinho de Goiás, no Entorno de Brasília, com um valor de 1,14 %, e o município com o maior percentual de adolescentes com filhos era Castelândia, no Sudoeste Goiano, com um valor de 16,22%. Em 2000, esses valores aumentaram. Dentre os municípios goianos destaca-se Planaltina no Entorno de Brasília, com o maior percentual de adolescentes com filhos, com valor de 19,87%; e o município com menor valor era Ouvidor, no Sudeste Goiano, com valor de 3,91%.

Os dados do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000, também confirmam o aumento do percentual de adolescentes do sexo feminino entre 15 e 17 anos com filhos no estado de Goiás nos períodos de 1991 e 2000 (Tabela 2).

Tabela 2
Percentual de adolescentes do sexo feminino entre 15 e 17 anos com filhos do Estado de Goiás – 1991 e 2000

Porcentagem de adolescentes com filhos	1991		2000	
	Municípios	População	Municípios	População
2,50 a 5,00	53 (21,9%)	532.231 (13,2%)	18 (7,4%)	122.609 (2,5%)
5,00 a 7,50	68 (28,1%)	2.018.997 (50,2%)	56 (23,1%)	1.862.142 (37,2%)
7,50 a 10,00	62 (25,6%)	806.533 (20,1%)	63 (26%)	1.209.391 (24,2%)
10,00 a 12,50	31(12,8%)	369.743 (9,2%)	49 (20,2%)	1.045.323 (20,9%)
12,50 ou maior	28 (11,6%)	291.408 (7,3%)	56 (23,1%)	763.763 (15,3%)
Total	242 (100%)	4.018.912 (100%)	242 (100%)	5.003.228 (100%)

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

O Mapa 2 representa os municípios do estado de Goiás com percentuais de adolescentes do sexo feminino entre 15 e 17 anos com filhos em 2000. Como podemos observar, as porcentagens em relação ao estado se apresentam de forma geral altas, comparando-se com a fecundidade goiana que é de 2,2 filhos por mulher.

Essas taxas ultrapassam até mesmo os percentuais do Brasil, que em 2000 foi de 8,45, enquanto Goiás chegou a 19,87. Os municípios goianos de forma geral apresentam altas taxas de jovens com filhos, concentrando 43% dos municípios nas regiões norte e nordeste goia-

nos, refletindo mais uma vez, entre as jovens e adolescentes³, as diferenças socioeconômicas refletidas nas desigualdades regionais.

Goiás, no ano de 2000, além de contar com o aumento do percentual de adolescentes com filhos praticamente em todos os municípios tem ainda o surgimento de uma nova classe de

³ Observamos que o conceito de adolescência tem tido uma orientação combinativa, não apenas pela etariedade. E ainda tem-se a presença do modo como essa densidade social se insere no mundo global do consumo e da crise econômica. Há também o conceito de adultescência, o que demonstra a infantilização causada pelos aspectos da forma de subjetividade atual.

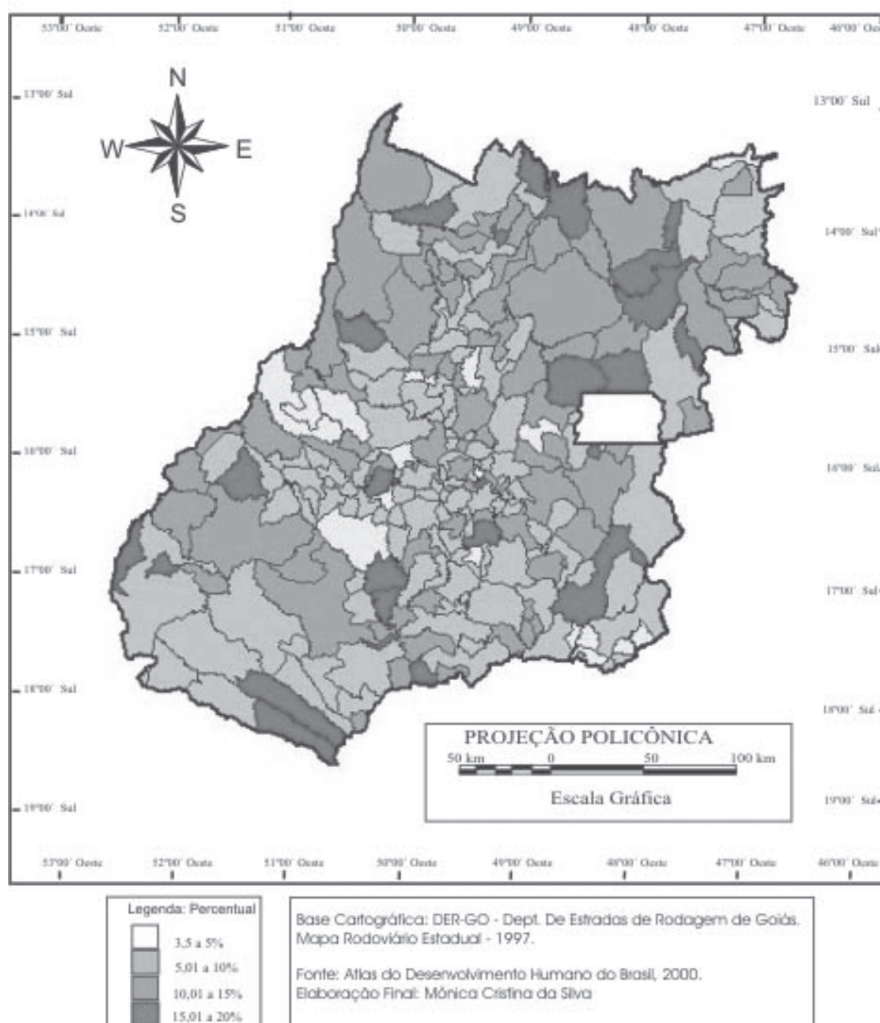


adolescentes com filhos, na faixa etária entre 10 a 14 anos, no ano de 2000.

Apesar do declínio das taxas de fecundidade, os dados dos censos demográficos de 1991 e 2000, representam uma concentração das

idades mais jovens com diferenciais de maior escolaridade e renda. Portanto, esses estratos socioeconômicos resultariam em obstáculos e dificuldades de se implementar adequadamente preferências reprodutivas.

Mapa 2
Percentual de Adolescentes do Sexo Feminino entre 15 e 17 anos com filhos - Estado de Goiás - 2000.



Com efeito, é importante ressaltar a mudança no comportamento sexual e uso de métodos contraceptivos. Segundo pesquisa do Ministério da Saúde/Cebrap, 2000 (Tabela 3), o comportamento sexual das mulheres começa cedo e também termina precocemente. Em 1984, das entrevistadas na pesquisa, 14% das jovens tiveram sua primeira relação sexual antes dos 15 anos; já em 1998, 32% das meninas com 15 anos de idade já tinham tido a primeira relação sexual.

A mesma fonte de dados revela que o grupo que menos usa o preservativo é o das mulheres com parceria estável, com uma porcenta-

Tabela 3
Início da vida sexual antes dos 15 anos, Brasil – 1984 e 1998

Anos	Mulheres	Homens
1984	14%	35%
1998	32%	47%

Fonte: Brasil, Ministério da Saúde/Cebrap, 2000.

O início da vida sexual, sem os devidos conhecimentos e esclarecimentos, pode vir a representar a contaminação por doenças sexualmente transmissíveis, além de uma gravidez indesejada, acompanhada de mortes de mulheres por complicações da gestação, aborto (espontâneo ou provocado),



parto e puerpério, responsável por 90% dos casos das mortes maternas (TANAKA, 2001).

Essa nova realidade, não apenas goiana, mas também brasileira, traz consigo um problema que vem se expandindo desde 1991. O fenômeno da fecundidade em adolescentes deve merecer os cuidados das políticas públicas, principalmente nos setores de educação e fornecimento de assistência à saúde prestada a essas jovens e mulheres saudáveis, que se encontram no auge de suas vidas reprodutivas.

3 – Considerações Finais

A dimensão das mudanças na fecundidade no território goiano nos revela um território cindido, desigual regional e socialmente, mediante combinação de fatores que o levaram ao rápido declínio na fecundidade, com transformações estruturais que culminaram no estabelecimento de um novo padrão demográfico caracterizado por baixas taxas de mortalidade e de natalidade.

O declínio da fecundidade em Goiás, além de demonstrar as mudanças decorrentes das desigualdades econômicas e sociais, diferenciadas segundo regiões e camadas sociais, também revela um novo comportamento nas faixas etárias: o rejuvenescimento da estrutura etária da fecundidade e o avanço das ações no campo da saúde da mulher.

A fecundidade é um fator dinâmico e uma variável demográfica que interfere de forma direta no crescimento populacional, merecendo, assim, políticas públicas destinadas à melhoria das condições de vida da população quanto à saúde do corpo da mulher, ao esclarecimento, escolha, acesso e uso adequado de métodos contraceptivos principalmente para a parcela da população que depende do sistema de saúde público.

Por conseguinte, componentes como violência, desemprego estrutural, competição, inserção da mãe no mercado do trabalho, crise no interior da família e urbanização acelerada, penetram as razões do declínio da fecundidade e remontam os modos de analisar os fenômenos demográficos, incluindo, necessariamente, fatores também de ordem subjetiva ligados aos de ordem objetiva. Ou seja, nesse processo altera-se o que é ser filho, o que é ser mãe e o que é ser pai, da mesma maneira que estão em curso novas trajetórias espaciais da relação filho e mundo, pais e espaço.

4 – Referências

- ALMEIDA, Orlando Francisco da R. Transformações no padrão demográfico de Goiás nas últimas décadas. In: Almeida, Maria Geralda de (org.). *Abordagens geográficas de Goiás: o natural e o social na contemporaneidade*. Goiânia: IESA, 2002. p. 119-1145.
- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Brasília: Ipea, 2000.
- BARREIRA, Celene Cunha Monteiro Antunes. *Região da estrada do boi: usos e abusos da natureza*. Goiânia: Editora da UFG, 1997.
- BERQUÓ, Elza. Fatores estáticos e dinâmicos: mortalidade e fecundidade. In: SANTOS, Jair L. F.; LEVY, Maria S. F.; SZMRECSANYI, T. (Orgs). *Dinâmica da população: teoria, métodos e técnicas de análise*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991.
- BERQUÓ, ELZA; CAVENAGHI, S. Mapeamento socioeconômico e demográfico dos regimes de fecundidade no Brasil e sua variação entre 1991 e 2000. In: *Anais do Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, 14. 2004, Caxambu. Campinas: ABEP, 2004.
- BRASIL. *Censo Demográfico 2000: Migração e deslocamento – resultado da amostra*. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.
- CAETANO, André Junqueira. O declínio da fecundidade e suas implicações: uma introdução. *Revista Brasileira de Estudos de População*. São Paulo, v.21/2, 2004.
- CARVALHO, José Alberto Magno de. SAWYER, Diana Oya. RODRIGUES, Roberto do Nascimento. *Introdução a alguns conceitos básicos e medidas em demografia - 2. ed. rev.* - São Paulo: ABEP, 1994, reimpressão. 1998.
- CENSO DEMOGRÁFICO. *Características da população e dos domicílios Resultado do Universo*. Rio de Janeiro: IBGE, 1970/2000.
- CHAVEIRO, Eguimar Felício. *Goiânia, uma Metrópole em Travessia*. Tese defendida na Universidade de São Paulo, FFLCH. São Paulo, 2001.
- GeoGoiás 2002 / Maurício Galinkin, ed.. Goiânia: agência Ambiental de Goiás: Fundação CBRAC: PNUMA: SEMARH, 2003.
- OLIVEIRA, M. C. F. A. de. SZMRECSANYI, M. Irene de Q. F. Fecundidade. In: SANTOS, Jair L. F.; LEVY, Maria S. F.; SZMRECSANYI, T. (Orgs). *Dinâmica da população: teoria, métodos e técnicas de análise*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991.
- SANTOS, Milton. *Espaço e Método*. São Paulo, SP: Nobel (Coleção espaços), 1985.
- SANTOS, Milton. *Metamorfose do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*. São Paulo, SP, HUCITEC, 3ª ed.1996.
- SANTOS, Milton. SILVEIRA, Maria L. *O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.

